

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS À SERVIÇO DA COLÔNIA E DO IMPÉRIO

RESUMO

Fazendo uma revisão de literatura sobre a educação de jovens e adultos (EJA) desde seus primórdios no período do Brasil colônia até os dias atuais este trabalho apresenta um apanhado geral sobre o tema da EJA no Brasil, trazendo uma breve retrospectiva histórica sobre a história da educação no país, partindo dos primórdios do implante da escola com a vinda dos jesuítas, sua passagem pelo Brasil colônia, pelo período democrático, pelo regime militar e pelo período de redemocratização apontando as transformações que cada um desses períodos ocasionou na educação de jovens e adultos até os dias atuais.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Histórico. Brasil.

INTRODUÇÃO

Desde o período colonial até os dias atuais, embora hoje mais velada, a educação de jovens e adultos (EJA) – modalidade de ensino em cujo objetivo esta pautado no atendimento de jovens e adultos que por algum motivo não completaram seus estudos na idade apropriada – esteve voltada ao atendimento das necessidades do Estado, caracterizando-se primordialmente pelo ensino de profissões ou à catequização de colonos e índios, respectivamente e, posteriormente, escravos a ler e escrever.

Por outro lado as mudanças também aconteceram em benefício dos adultos e jovens que compreendem essa modalidade de ensino, principalmente no que concerne à valorização do ensino e do conhecimento indiretamente provocando mudanças nos indivíduos que dele dependem no sentido a uma melhor preparação destes frente ao papel social que desempenham na sociedade como um todo, estendendo-se a outros campos tais como economia e política. Essa “capacitação social” dos alunos representa justamente a pedra fundamental para as mudanças necessárias a EJA no que se refere a sua efetivação no campo educacional o que remonta à quebra do paradigma colonial quando a EJA servia, dentre outros, à política, passando a fazer parte de sua composição.

Este trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a EJA no período colonial e imperial entre leitores, sendo eles estudiosos, educadores ou educandos que atuam direta ou

indiretamente sobre o tema aqui referido de modo a contribuir com outros estudos e discussões pertinentes a este estudo.

Breve Caracterização Histórica da EJA no Brasil

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil iniciada no período colonial sob o jugo do catolicismo é apresentada sob diferentes aspectos ao longo de sua trajetória. Sua história se confunde com a própria história brasileira, demonstrando uma estreita ligação entre o seu processo de consolidação e as transformações sociais, econômicas e políticas vividas pelo país.

Essa modalidade de ensino sempre esteve relacionada a um acontecimento histórico da nossa história, seja pela necessidade burguesa em ter servos mais instruídos, seja pela necessidade de mão-de-obra qualificada a EJA sempre foi pensada no sentido a atender alguma especificidade do Estado. O que não é de tudo ruim dado que esta modalidade de ensino pelos serviços prestados ao longo do tempo resistiu até a contemporaneidade.

Atualmente a EJA enfrenta o desafio e especial papel de ofertar educação àqueles que não a desfrutaram no tempo devido não importando o motivo, com o objetivo de fornecer condições aos seus alunos tornando-os cidadãos capazes e cientes de seu papel para com a sociedade no sentido a serem atuantes nas decisões que a eles competem.

EJA no Brasil Colônia

Os primórdios da educação de jovens e adultos remontam e se relacionam ao processo histórico de colonização do Brasil, tendo início no período subsequente à chegada dos padres jesuítas no ano de 1549 (BESERRA; BARRETO, 2014) momento histórico em que os missionários religiosos da Companhia de Jesus advindos de Portugal exerciam o papel de professores e detinham a responsabilidade sobre a educação de adultos brancos, indígenas (SANTANA, 2015) e, posteriormente, negros escravizados.

Nesse período a educação era responsabilidade da igreja e não do estado tendo por objetivo ensinar os colonos a simples tarefa de ler e escrever, além de se ocupar da catequização dos índios, sendo estes “submetidos a uma intensa ação cultural e educacional, embora os jesuítas priorizassem sua ação junto às crianças” (SILVA et al, 2012) e, em seguida, o cumprimento das tarefas desempenhadas na colônia e exigidas pelo Estado.

A expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marques de Pombal marcou a primeira mudança significativa da estrutura educacional brasileira que passara então a fazer parte das obrigações do estado. Dentre as transformações ocorridas, a uniformidade da ação pedagógica, a transição de níveis escolares e a graduação, características do modelo jesuítico foram substituídas pela diversificação de disciplinas isoladas (MOURA, 2003).

Por outro lado o novo modelo de educação implantado por Pombal representou um retrocesso à educação de adultos, principalmente aqueles pertencentes as classe mais pobres que não encontravam espaço nas escolas para estudar após a reforma pombalina. A educação passou então a privilegiar as classes mais abastadas contemplando prioritariamente o ensino superior.

O texto da primeira constituição brasileira sobre educação de pessoas adultas não passou de uma boa intencionalidade. Em suma o ideal de qualidade escolar foi deixado para depois e as ações pensadas para a educação ficaram restritas apenas a umas poucas crianças. Do processo foram excluídas outras tantas crianças, jovens e adultos que residiam no campo, indígenas e negros tanto escravizados quando libertos sob carta de alforria, os quais permaneceriam analfabetos ou teriam de buscar por si só maneiras alternativas para aprenderem a ler e escrever (SILVA et al, 2012).

EJA no Brasil Império

Instaurada a desordem educacional no país após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 sobraram poucos relatos sobre ações educativas da Educação de Adultos nessa época. Somente a partir de 1808, período conhecido como Brasil Império, por consequência da vinda da família real portuguesa para o Brasil, a educação de fato ganhou novamente uma função, isso porque na época foi emergente a necessidade da qualificação de trabalhadores para atender à aristocracia portuguesa por meio da criação de um processo de escolarização de adultos (FRIEDRICH et al, 2010).

Nesse período, já em 1824, é então consolidada, à luz europeia, sob o lema da instrução gratuita para todos os cidadãos, uma grande conquista à educação, a primeira Constituição. Por outro lado, seus objetivos estiveram muito aquém das inspirações liberais e democráticas da elite daquela época e esta não de compatibilizava com os interesses dos cidadãos.

Por mais que não tenha sido algo explícito na constituição, no que concerne à educação esta era compreendida como um direito dos cidadãos e dever do Estado e que, portanto, deveria estar pautada sobre o princípio da gratuidade. Previa ainda a liberdade para que novas instituições de ensino superior fossem abertas, além do ensino, que poderia se voltar a todas as áreas de interesse social (PERES, 2005).

O documento dava devida importância ainda ao atendimento a jovens e adultos, porém a efetivação do direito garantido pela constituição ficou mesmo somente no papel, pois nada foi feito no sentido ao atendimento desse público pela educação. Até boa parte desse período, até meados de 1854, não houve nenhuma ação que consolidasse de fato os objetivos de uma educação voltada e especificamente ao atendimento dessa parcela da população de maneira que a EJA, durante muito tempo no período imperial, ficou praticamente à margem da sociedade da época, salvo os cursos que instruíam as pessoas para servirem aos nobres.

A instrução de trabalhadores ao serviço da coroa remontava os costumes dos jesuítas para com os índios, seguindo basicamente o mesmo costume. Influenciados pelo desejo em adquirir servos habituados aos costumes doravante tragos de Portugal, os nobres, talvez pelo conhecimento da maneira de educar dos antigos jesuítas reestabeleceram certa relação com a igreja, facilitando o trabalho dos então missionários católicos enquanto estes por sua vez convertiam os índios aos costumes da Coroa Portuguesa (FRIEDRICH et al, 2010).

A ideia de alfabetização de adultos se consolidou de fato a partir de 1850 quando foi criada a primeira escola noturna do Brasil com objetivo de alfabetizar os trabalhadores analfabetos (FRIEDRICH et al, 2010). Pela primeira vez na história a ideia de educação, antes pensada e institucionalizada “como um dever do súdito, passou a ser compreendida como um direito do cidadão e um dever do Estado”. Essa mudança repentina do modelo educacional não foi pensada no sentido a ajudar o desenvolvimento intelectual da população e sim acompanhar a nova ordem política.

Essa nova ordem política exemplificada educacionalmente pela criação das escolas noturnas foi instaurada pela necessidade de instrução dos escravos como um modo de contribuição para sua educação a fim de que servissem melhor, ou pela compreensão dos homens brancos sobre seus direitos e deveres para com a sociedade.

As escolas noturnas rapidamente se espalharam e logo em 1874 já somavam 117 instituições, cada qual com uma finalidade específica segundo especificidades e interesses

regionais. No Pará, a exemplo, a alfabetização estava voltada aos indígenas, já no Maranhão atendia aos colonos (FRIEDRICH et al, 2010).

Por outro lado na época no Brasil aos analfabetos, mesmo com condições de estudar, ainda sofriam muito preconceito social dado o fato de não saberem ler e escrever. Um ótimo exemplo dessa realidade diz respeito ao fato de que pessoas analfabetas eram impedidas de participar das decisões do Estado sendo muito bem colocado por autores que desenvolveram estudos sobre a época, tais como Paiva (1973). De acordo com seus estudos foi instaurada naquele período era instaurada uma lei proibindo a participação de analfabetos nas decisões do império, como a escolha de representantes, por exemplo, isso porque o pensamento era o de que analfabetos se encontravam em ascensão social, o que em outras palavras significa dizer que o analfabetismo estava associado à incapacidade e inabilidade social dos indivíduos (FRIEDRICH et al, 2010).

O período histórico que vai de 1887 até o ano de 1897 marca a transição entre Império e República. Segundo Friedrich et al, (2010), nesse tempo a educação era considerada como redentora das mazelas sociais.

CONCLUSÃO

Infelizmente o desenrolar da história do nosso país foi cercado por disputas de poder e adequação social humana, em especial dos trabalhadores, a fim de atender as necessidades do estado sem que houvesse preocupação no sentido à formação efetiva de sua gente. Os reflexos dessa prática podem ser evidenciados mesmo nos dias atuais, talvez mais do que consigamos imaginar; basta considerar a situação de analfabetismo e/ou analfabetismo funcional enquanto realidade na vida de muita gente.

Tal realidade não se configura diferente dentro ou fora das instituições de ensino ao passo que as mazelas vivenciadas pelos estudantes ao longo do tempo em muito se assemelham.

Pela legislação vigente, cabe à educação de jovens e adultos, por meio de seus objetivos, a responsabilidade de mudança desse quadro social brasileiro em alcance à erradicação do analfabetismo em nossa sociedade. Por outro lado, esta não é tarefa fácil! Tal conquista somente poderá ser alcançada quando da proposição e efetivação de políticas públicas nesse sentido. A partir do momento em que a educação se voltar ao atendimento das

necessidades reais, respeitando as especificidades dos alunos teremos de fato um processo efetivo de construção de conhecimento e crescimento pessoal dos alunos.

REFERÊNCIAS

BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. Trajetória da educação de jovens e adultos: histórico do Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. **Cairu em Revista**, Salvador, v. 03, n. 04, jul./ago. 2014, p. 1 64-190. Disponível em: <http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/10_TRAJETORIA_EDUCACAO_JOVENS_ADULTOS.pdf>. Acesso em: 08 set. 2015.

FRIEDRICH, Márcia; et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, abr./jun. 2010, p. 389-410. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867>>. Acesso em: 08 set. 2018.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

PERES, Tirsia Regazzini. **Educação brasileira no império**. 2005. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/105/3/01d06t03.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

SILVA, Jaqueline Luiza da, et al. Escolas eficazes na educação de jovens e adultos: estudo de casos na rede municipal do Rio de Janeiro. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 02, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n2/a17v28n2.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.